



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2017 (Da Sra. LEANDRE)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre software de tecnologia de prevenção e combate a infecção generalizada.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de reunião de audiência pública para debater sobre software de tecnologia de prevenção e combate a infecção generalizada. Sugerimos que participem da audiência:

1. Ministério da Saúde;
2. Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
3. Dr. Luiz Sallim, Diretor Técnico do Hospital Nossa Senhora das Graças de Curitiba-PR;
4. Jac Fressatto – Analista de Sistema e Criador do Robô Laura

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente a sepse é a principal causa de morte nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e uma das principais causas de mortalidade hospitalar



tardia, superando o infarto do miocárdio e o câncer. Tem alta mortalidade no país, chegando a 65% dos casos, enquanto a média mundial está em torno de 30 a 40%. Segundo um levantamento feito pelo estudo mundial conhecido como Progress, a mortalidade da sepse no Brasil é maior que a de países como Índia e a Argentina, sendo responsável por 25% da ocupação de leitos em UTIs no Brasil

A doença é a principal geradora de custos nos setores público e privado, em razão da necessidade de se utilizar medicamentos caros e exigir muito trabalho da equipe médica. Em 2003, aconteceram 398.000 casos e 227.000 mortes por choque séptico no Brasil com destinação de cerca de R\$ 17,34 bilhões ao tratamento.

Uma pesquisa encomendada pelo Instituto Latino-Americano de Sepse (ILAS) ao Datafolha mostrou que apenas 7% dos brasileiros tinham ouvido falar de sepse; precisa-se trabalhar com a equipe médica e multiprofissional de saúde, para que o atendimento seja feito de forma coordenada e rápida no hospital; inserir a sepse dentro das políticas públicas de saúde e empregar esforços na prevenção da patologia, que, com convicção, acabaria levando economia ao erário e evitando inúmeros casos de óbito.

Neste sentido – da prevenção – é que a saúde tem que se beneficiar da tecnologia existente. É de conhecimento que existem softwares com tecnologia cognitiva, onde os “robôs” são capazes de aprender, analisar e diferenciar dados daqueles que estão internados, gerenciando os possíveis riscos existentes, para perceber alterações nos quadros clínicos dos pacientes, emitindo alertas para a equipe médica quando se fizer necessário. A exemplo disto, em Curitiba-PR, o Hospital Nossa Senhora das Graças implementou o “robô Laura”, **que conseguiu reduzir cerca de 63% (sessenta e três por cento) dos casos de sepse, em dois meses de funcionamento.**

Para que isto ocorra nos inúmeros hospitais do país, em especial àqueles que são públicos ou filantrópicos, é necessário que o Poder Público, por meio do Ministério da Saúde, incentive as instituições a usarem tecnologias para a prevenção da infecção generalizada, que, como dito, é uma das maiores causas de óbito e pode ser prevenida. E que avalie a possibilidade de destinar



recursos orçamentários para o desenvolvimento de ferramentas voltadas especificamente para a prevenção de sepse e a detecção tempestiva de casos potenciais que possam evoluir para tal ocorrência.

Com isto, a exemplo do Robô Laura, poderá diminuir custos, porque o software (mesmo que a longo prazo) acaba tendo dispêndio muito mais baixo para evitar óbitos por septicemia no país, reduzindo o alto consumo com fármacos e uso de equipamentos de valor muito mais elevado nas unidades de terapia intensiva e nas instituições hospitalares.

Pelo exposto, sublinhamos a importância da audiência pública ora requerida, a qual esperamos que seja aprovada pelos nobres colegas desta Comissão e realizada o mais breve possível.

Sala da Comissão, em de março de 2017.

**Deputada LEANDRE
PV/PR**